

ASSOCIAÇÃO SANTA CASA SAÚDE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

CNPJ 18.321.477/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Santa Casa Saúde de São José dos Campos é uma associação civil de direito privado, criada por Ata de Constituição de 24 de Abril de 2013 e teve o seu Primeiro Estatuto Social registrado no 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de São José dos Campos em 31/05/2013, sob o número 25.523, constituída por um prazo de duração indeterminado, Entidade Sem Fins Lucrativos, situada na Avenida João Guilhermino nº 465, CEP: 12.210-130, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.321.477/0001-34 e isenta de Inscrição Estadual, a seguir denominada como Santa Casa Saúde.

A Santa Casa Saúde tem como objetivo a Operação de Planos Privados de Assistência à Saúde, por meio da garantia de cobertura de custos de assistência médica, hospitalar e ambulatorial. Para a execução do seu objetivo, a Entidade poderá: I) Instituir estabelecimentos e serviços de saúde para compor sua rede própria de atendimento; II) Firmar contratos e convênios com instituições prestadoras de serviços de saúde e ou terceiros legalmente habilitados para o exercício de atividades na área da saúde; e III) Praticar outras atividades compatíveis e relacionadas à assistência à saúde complementar. Obteve o seu registro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o número 419249 em 08/01/2014, criada para gerir a carteira de plano de saúde da Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos, teve suas operações oficialmente iniciadas no dia 01/04/2014, após receber, por transferência de carteira, a totalidade dos beneficiários, depois de autorizado pela ANS, pelo ofício nº 0581/2014/GGOP/DIPRO/ANS, datado de 19/03/2014.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pela Lei 6.404/76, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aplicáveis. A Escrituração contábil atende às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, incluindo a ITG 2002 (R1) publicada no DOU de 02/09/15 a qual trata de aspectos contábeis específicos a Entidades sem Finalidades de Lucros e por ser uma entidade do mercado de saúde suplementar, obedecer às Normas Contábeis vigentes emanadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Os valores inseridos nas demonstrações contábeis estão expressos em Real (moeda corrente no Brasil) com relato dos saldos contábeis dos anos de 2023 e 2022, comparativamente.


A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras pela Diretoria foi realizada em 12 de março de 2024.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

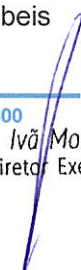
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

12

Avenida João Guilhermino, n.º 465 – Centro – São José dos Campos/SP, CEP 12210-130 – Tel.: (12) 3876-9600
www.santacasasaudesjc.com.br


Camilla Lourenço
Contadora
CRC 159254482/O-3


Paulo César Amadeu
Diretor Financeiro


Ivã Molina
Diretor Executivo

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, são as seguintes:

a) Reconhecimento das receitas e despesas operacionais: As contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços pré-estabelecidos.

Os eventos indenizáveis são apropriados à despesa considerando-se a data de apresentação da conta médica pelos prestadores de serviços da Sociedade, ajustados pela Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) que considera o montante esperado de eventos indenizáveis em riscos assumidos e não avisados até a data base das demonstrações contábeis. As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b) Contas a receber: Créditos de operações com planos de assistência à saúde representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde. A provisão de perda sobre créditos (PPSC) foi contabilizada, de acordo com os critérios estabelecidos nas normas gerais do plano de contas padrão da ANS, e são provisionados os créditos em abertos de pessoas físicas vencidos há mais de 60 dias e créditos em aberto de pessoas jurídicas vencidos há mais de 90 dias, considerando-se a totalidade dos créditos de cada devedor identificado.

c) Estoques: A Operadora não mantém sistemas de estoques de materiais e / ou medicamentos hospitalares uma vez que os atendimentos aos beneficiários são realizados por “rede credenciada”. Os materiais de alto custo, em sua grande maioria, são comprados pela Operadora e aplicados diretamente em usuários durante os atendimentos.

d) Ativo imobilizado: Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, a depreciação calculada com base no tempo de vida útil estimado, com testes de recuperabilidade quando cabível, sendo que o imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis conforme o Pronunciamento Técnico CPC 01 (redução ao valor recuperável de ativos), tendo como evidência que os bens existentes são realizáveis em prazos satisfatórios.

e) Depósitos Judiciais e Fiscais - longo prazo: Refere-se a valores depositados em juízo em processo de Eventos Indenizáveis, cíveis.

f) Ativo intangível: Refere-se a sistemas de computação.

g) Outros ativos: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. É classificado como circulante quando sua realização é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, é demonstrado como não circulante.

ANS - Nº 41924-9

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

13

Avenida João Guilhermino, n.º 465 – Centro – São José dos Campos/SP, CEP 12210-130 – Tel.: (12) 3876-9600
www.santacasasaudesjc.com.br


Camilla Lourenço
Operadora
CRC 15725-1482/O-3


Paulo César Amadeu
Diretor Financeiro


Ivã Molina
Diretor Executivo

h) Passivo circulante e não circulante: Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. São classificados como circulantes quando sua liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulante.

i) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde: As provisões técnicas demonstradas na nota explicativa 11, foram apuradas com base nas normas e resoluções da ANS.

j) Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde: Eventos registrados pelos valores relativos à prestação de serviços médicos efetuados para a entidade em atendimento aos usuários dos serviços de saúde.

k) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas anualmente.

4. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÃO FINANCEIRA

4.1 DISPONIBILIDADES

Modalidade	31/12/23	31/12/22
DISPONIVEL		
CAIXA	36,36	36,36
BANCOS CONTA MOVIMENTO	1.148.714,62	2.749.726,28
TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	1.148.750,98	2.749.762,64


Camille Laurinço
Contadora
CFC 15P255482/O-3


Paulo César Amadeu
Diretor Financeiro


Ivã Molina
Diretor Executivo

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

4.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Modalidade	31/12/23	31/12/22
APLICAÇÕES GARANTIDORAS DE PROVISÕES TÉCNICAS	22.475.776,74	20.434.867,64
BANCO DO BRASIL S/A - C/C 6290-1 - RF LP DEDIC- ANS	14.204,18	12.830,38
XP ANS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	-	20.422.037,26
FUNDO DE INVESTIMENTO FI ANS II RF CRED PRIV - SANTANDER	22.461.572,56	-
APLICAÇÕES LIVRES	8.791.621,26	16.975.156,41
BANCO SAFRA S/A - C/C 291314-1 TCM RENDA FIXA	-	-
BANCO DO BRASIL C/C 6290-1	16.150,42	14.580,04
FUNDO PREMIUM RF - BANCO ITAU SUBCONTA 50261-201 C/C 78833-8	-	195.619,54
APLICACAO AUT CONTAMAX EMPRESARIAL	1.186,33	1.074,54
ITAU RENDA FIXA MIX	-	6.758.709,37
CDBDI APLICACAO BANCO SAFRA	1.349.898,33	10.005.172,92
XP SULAMERICA PREMIUM FIRF REFERENCIADO DI CP	3.198.938,73	-
XP BNP PARIBAS MATCH DI FIRF REFERENCIADO CP	3.187.379,89	-
LAM EMISSAO SAFRA LEASING CDI	1.037.998,61	-
BRDESCO INVEST FACIL	68,95	-
TOTAL DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	31.267.398,00	37.410.024,05

As Cotas de Fundo de Investimentos estão vinculadas a Agência Reguladora “ANS”, em atendimento às normas da ANS, para garantia das provisões técnicas contabilizadas no passivo.

As taxas de juros são as de mercado para as modalidades, considerando o valor, o prazo e a época da aplicação.

5. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	31/12/23	31/12/22
CREDITOS DE OPERACOES C/PLANOS DE SAÚDE		
CONTRAPRESTACAO PECUNIÁRIA A RECEBER	33.207.034,19	40.178.518,47
Individual	18.192.021,23	20.608.916,34
Coletivo	15.015.012,96	19.569.602,13
PROVISÃO DE PERDAS SOBRE CRÉDITOS (PPSC)	(9.642.692,56)	(16.946.511,45)
(-) PPSC MENSALIDADES PESSOAS FÍSICAS	(8.016.769,37)	(8.447.755,92)
(-) PPSC FATURAS A RECEBER - PESSOA JURIDICA	(1.625.923,19)	(8.498.755,53)
PARTICIPACAO DOS BENEFICIÁRIOS EM EVENTOS	7.406.828,93	6.167.322,65
TOTAL	30.971.170,56	29.399.329,67

Camilla Lourenço
Contadora
CRC 159294/82/O-3

Paulo César Amadeu
Diretor Financeiro

Ivã Molina
Diretor Executivo

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

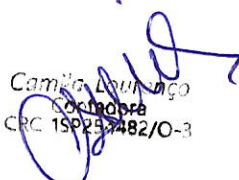
Descrição	31/12/23	31/12/22
CRÉDITOS E TRIBUTOS PREVIDENCIARIOS		
IRRF 3208 A RECUPERAR	-	12.866,56
PIS/COFINS/CSLL	798,91	-
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE – IRRF	32.838,65	-
TOTAL	33.637,56	12.866,56

7. BENS E TÍTULOS A RECEBER

Descrição	31/12/23	31/12/22
BENS E TITULOS A RECEBER		
ESTOQUE	69.375,45	-
OUTROS TITULOS A RECEBER	281.974,63	2.944.956,53
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	96.079,77	101.308,49
ADIANTAMENTOS COMISSÕES	92.746,74	35.782,27
ADIANTAMENTOS PARA FORNECEDORES	9.989.655,18	8.271.175,92
OUTROS CRÉDITOS OU BENS A RECEBER	11.943,61	396.883,88
TOTAL	10.541.775,38	11.750.107,09

8. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO

Descrição	31/12/23	31/12/22
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS	627.754,55	624.601,95
ISS A RECUPERAR	627.754,55	624.601,95
DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS	3.596.811,79	2.619.724,82
DEPOSITOS JUDICIAIS – EVENTOS – (Passivo nota 17)	2.373.114,28	1.501.007,31
DEPOSITOS JUDICIAIS - CIVEIS	1.223.697,51	1.118.717,51
OUTROS CREDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO	395.298,20	-
OUTROS CREDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO	395.298,20	-
TOTAL	4.619.864,54	3.244.326,77


 Camilla Lourenço
 Controladora
 CRC 159257482/O-3


 Paulo César Amadeu
 Diretor Financeiro


 Ivã Molina
 Diretor Executivo

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

9. IMOBILIZADO

Descrição	31/12/23	31/12/22
IMOBILIZADO		
IMOVEIS DE USO PRÓPRIO NÃO HOSPITALARES	1.960.460,00	1.960.460,00
TERRENOS	1.960.460,00	1.960.460,00
IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO NÃO HOSPITALARES	3.973.005,76	3.441.813,23
INSTALAÇÕES	172.848,94	127.922,76
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.934.863,35	4.151.524,64
EQUIPAMENTOS PROCES. DE DADOS -HARDWARE	677.832,76	672.486,26
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	2.130.864,91	2.062.797,23
VEÍCULOS	222.266,77	41.098,98
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(4.165.670,97)	(3.614.016,64)
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES	4.440.291,53	4.170.620,82
BENFEITÓRIAS EM IMÓVEIS DE TERCEIROS	8.085.081,55	6.912.048,05
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(3.644.790,02)	(2.741.427,23)
TOTAL	10.373.757,29	9.572.894,05

10. INTANGÍVEL

Descrição	31/12/23	31/12/22
INTANGÍVEL		
MARCA COMERCIAL	130,00	130,00
SISTEMA DE COMPUTAÇÃO	174.911,87	162.799,87
CUSTO DE AQUISIÇÃO LICENÇA DE USO DE SOFTWARE	636.086,20	231.351,76
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(227.710,16)	(154.520,00)
TOTAL	583.287,91	239.761,63

11. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	31/12/23	31/12/22
PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTENCIA À SAÚDE		
PROVISÃO DE CONTRAPRESTAÇÃO NÃO GANHA (PPCNG)	7.480.480,17	7.527.849,98
PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR PARA O SUS	591.690,74	908.154,85
PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR A OUTROS PRESTADORES	1.669.528,85	4.621.951,12
PROVISÃO DE EVENTOS OCORRIDOS E NÃO AVISADOS (PEONA)	13.114.178,74	11.032.037,19
TOTAL	22.855.878,50	24.089.993,14

Camilla Lourenço
Contadora
CRC 159.254.482/O-3

Paulo César Amadeu
Diretor Financeiro

Ivã Molina
Diretor Executivo

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

17

11b. CÁLCULO DA PIC PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE CONTRAPRESTAÇÕES - PIC

Elementos para cálculo da PIC	
ÚLTIMOS DOZE MESES	dez/23
Receita Líquida	423.102.921,09
Receita Financeira	8.698.717,08
Outras Receitas Operacionais	7.875,00
Despesas Administrativas	(38.278.640,66)
Despesas de Comercialização	(15.614.481,58)
Despesas Assistenciais	(349.718.522,22)
Outras Despesas Operacionais	(18.825.538,72)
Despesas Financeiras	(5.713.109,95)
INDICE COMBINADO (PIC)	(0,0495)

A provisão para insuficiência de Contraprestações – PIC, conforme normas da ANS, deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações a serem recebidas referentes aos contratos vigentes, somadas à provisão de contraprestações não ganhos (PPCNG), foram insuficientes para fazer frente as obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde.

As normas da ANS, estabelece que a PIC pode ser estimada com base em metodologia atuarial própria comunicada à ANS. A Associação Santa Casa Saúde de São José dos Campos, utilizou metodologia conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

De acordo com cálculo elaborado, não houve insuficiência de contraprestações, portanto, sem necessidade de contabilização da provisão e garantia financeira vinculada.

12. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	31/12/23	31/12/22
DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		
RECEITA ANTECIPADA DE CONTRAPRESTAÇÕES - PF	630.193,21	544.513,42
COMERCIALIZAÇÃO SOBRE OPERAÇÕES	462.632,07	285.795,99
TOTAL	1.092.825,28	830.309,41

13. DÉBITOS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM O PLANO DE SAÚDE

Descrição	31/12/23	31/12/22
DÉBITOS A PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	25.287,02	11.359,59
TOTAL	25.287,02	11.359,59

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

18

14. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS À RECOLHER

Descrição	31/12/23	31/12/22
TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS À RECOLHER	627.199,45	649.466,36
ISS A PAGAR	136.873,50	192.046,15
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	350.322,93	325.784,13
FGTS A RECOLHER	120.439,96	112.979,48
PIS/PASEP	19.563,06	18.656,60
RETENÇÕES DE IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES	1.636.484,26	889.234,58
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - DE FUNCIONÁRIOS	429.498,26	309.790,42
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - TERCEIROS	217.877,25	122.063,79
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS RETIDO NA FONTE	71.054,73	46.340,37
COFINS SOBRE SERVIÇOS RETIDO NA FONTE	308,94	324,30
PIS SOBRE SERVIÇOS RETIDO NA FONTE	66,94	70,27
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RETIDAS DE TERCEIROS	83.729,28	70.286,03
OUTROS (PIS/COFINS/CSLL E CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS)	833.948,86	340.359,40
TOTAL	2.263.683,71	1.538.700,94

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	31/12/23	31/12/22
CONTA CORRENTE GARANTIDA	335.598,30	59.862,15
BANCO ITAU S.A LIS - AG 0250 C/C 98049	335.598,30	-
BANCO SAFRA AG 0135 CONTA 405401-3	-	59.862,15
EMPRÉSTIMOS	5.186.857,20	2.876.759,78
BANCO SANTANDER	5.186.857,20	5.186.857,20
(-) JUROS A APROPRIAR BANCO SANTANDER	(1.790.164,74)	(2.310.097,42)
CESSÃO DE CRÉDITOS A FORNECEDORES	-	2.913.253,68
BANCO ITAÚ S.A.	-	2.913.253,68
TOTAL	3.732.290,76	5.849.875,61

16. DÉBITOS DIVERSOS

Descrição	31/12/23	31/12/22
DÉBITOS DIVERSOS		
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	2.435.858,63	2.052.915,66
FORNECEDORES	1.410.247,89	953.167,53
OUTROS DÉBITOS A PAGAR	215.513,70	182.110,67
TOTAL	4.066.584,35	3.188.193,86

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

19

Avenida João Guilhermino, n.º 465 – Centro – São José dos Campos/SP, CEP 12210-130 – Tel.: (12) 3876-9600
www.santacasasaudesjc.com.br

Cemila Lourenço
Contadora
CPC 154251482/O-3

Paulo César Amadeu
Diretor Financeiro

Ivã Molina
Diretor Executivo

17. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Descrição	31/12/23	31/12/22
PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		
PROVISÃO DE EVENTOS/SINISTROS A LIQUIDAR – (a)	2.373.114,28	1.501.007,31
PROVISAO PARA AÇÕES CIVEIS	711.513,78	1.170.315,83
CONTINGÊNCIA CIVEL	424.186,25	882.988,30
DEPOSITO JUDICIAL CIVEL	287.327,53	287.327,53
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR	9.235.939,63	12.180.706,80
TOTAL	12.320.567,69	14.852.029,94

(a) Garantido com depósito judicial

18. PATRIMÔNIO SOCIAL

(18.1) Patrimônio social: O patrimônio social da Santa Casa Saúde é de R\$ 43.212.177,78 (quarenta e três milhões e duzentos e doze mil e cento e setenta e sete reais e setenta e oito centavos).

(18.2) Resultado no período: A Associação apurou no ano de 2023, Déficit no valor de R\$ 812.535,62 (oitocentos e doze mil e quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

(18.3) PMA – Patrimônio mínimo ajustado: O patrimônio mínimo ajustado – PMA, calculado ao final do exercício conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS está demonstrado a seguir:

Cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado, em R\$.	31/12/23	31/12/22
Patrimônio Líquido	43.212.178,56	44.024.713,40
(-) Ativo não circulante intangível	(583.417,91)	(239.761,63)
(-) Despesas antecipadas	(29.522,87)	(6.103,43)
Patrimônio Líquido Ajustado	42.599.237,78	43.778.848,34

Cálculo do Capital Base, em R\$.	31/12/23	31/12/22
Capital base	11.226.992,56	10.883.087,01
Fator K	18,06%	18,06%
Capital Base exigido	2.027.594,86	1.965.485,51
Patrimônio Líquido Ajustado	42.599.237,78	43.778.848,34
Suficiência	40.571.642,93	41.813.362,83
Percentual de Suficiência	2.100,97%	2.227,38%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Cálculo da Margem de Solvência, em R\$.	31/12/23	31/12/22
(a) Soma das contraprestações de contratos de preço pré-estabelecido e 50% das contraprestações de contratos de preço pós-estabelecidos e corresponsabilidade, nos últimos 12 meses.	-	352.651.106,61
(b) 20% de (a)	-	70.530.221,32
(c) Média anual dos eventos de contratos de preço pré-estabelecidos e 50% dos eventos dos contratos de preço pós-estabelecidos e corresponsabilidade, nos últimos 36 meses, considerando variação da PEONA	-	263.699.786,47
(d) 33% de (c)	-	86.450.644,03
100% do maior valor entre (b) e (d)	-	86.450.644,03
Margem de Solvência Exigida	-	64.837.983,02
Gastos com PROMOPREV aprovados pela ANS	-	3.265.984,80
10% da Margem de Solvência Exigida	-	6.483.798,30
Margem de Solvência Exigida, considerando descontos PROMOPREV (MENOR VALOR ENTRE GASTOS COM PROMOPREV E 10% DA MARGEM DE SOLVÊNCIA EXIGIDA)	-	61.571.837,60
Patrimônio Líquido Ajustado Constituído	-	43.778.848,34
Insuficiência	-	(17.792.989,26)
Percentual de Insuficiência	-	(28,90%)

(18.4) Capital baseado em risco - CBR

Capital baseado em risco – (CBR)	31/12/23	31/12/22
Risco de crédito - CRC	4.738.315,15	4.700.251,83
Risco de subscrição - CRS	19.339.056,26	21.335.988,77
Risco operacional - CRO	6.774.986,19	7.374.013,84
Risco de mercado - CRM	1.606.408,51	1.660.092,14
Capital baseado em risco - CRB	29.358.273,51	31.909.059,99
Patrimônio Líquido Ajustado Constituído	42.599.237,78	43.778.848,34
Suficiência do Capital baseado em risco - CBR	13.240.964,28	11.869.788,35

19. PASSIVOS CONTINGENTES

- **Outros processos.**

A Entidade possui outros processos em que figura como ré, e informada pela Assessoria Jurídica o seguinte quadro:

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

21

TOTAL DOS PROCESSOS (EM REAIS R\$)	31/12/23	31/12/22
PROVÁVEIS – (nota explicativa 17)	424.186,25	882.988,30
POSSÍVEIS	11.134.966,61	6.972.788,68
REMOTOS	32.453,39	79.900,23
TOTAL	11.591.606,25	7.935.677,21

20. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Santa Casa Saúde manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado sujeitos a riscos, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza da atividade e a orientação dos consultores de seguros.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros usualmente utilizados restringem-se às aplicações financeiras em condições normais de mercado. A administração deste risco é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente entre as taxas contratadas e as vigentes no mercado. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Os principais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais são representados por aplicações financeiras, cujos valores estimados de mercado são similares aos seus respectivos valores contábeis.

22. EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de EVENTOS MÉDICO-HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR do Documento de Informações Periódicas - DIOPS do 4º trimestre de 2023 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

EVENTOS MÉDICOS HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR							
Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido – Carteira de Planos Individuais/Familiares Pós Lei 9.656/98							
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atend.	Demais Atend.	Total
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	18.266.972,60	48.251.312,49	7.699.800,47	76.468.020,51	11.330.398,60	49.139.535,68	211.156.040,35
Reembolso	-	-	-	-	-	-	-
Intercâmbio Eventual	-	-	-	-	-	-	-
Total	18.266.972,60	48.251.312,49	7.699.800,47	76.468.020,51	11.330.398,60	49.139.535,68	211.156.040,35

O total geral é equivalente ao total da conta 41111102 do balancete contábil de 31/12/23.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

23. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Demonstramos a seguir a conciliação entre o resultado e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais:

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2023	
MÉTODO INDIRETO PARA CONCILIAÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
ATIVIDADES OPERACIONAIS:	R\$
Superávit (déficit) do período	(812.535,62)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas Atividades Operacionais:	
Depreciação e amortização	1.528.207,28
Encargos Financeiro de empréstimos	3.377.184,88
Redução (aumento) do ativo	
Aplicações financeiras	6.142.626,05
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(1.571.840,89)
Créditos tributários e previdenciários	(20.771,00)
Bens e títulos a receber	1.208.331,71
Despesas antecipadas	(23.419,44)
Realizável a longo prazo	(1.375.537,77)
Aumento (redução) do passivo	
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(1.234.114,64)
Débitos de operações de assistência à saúde	262.515,87
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde	13.927,43
Tributos e encargos sociais a recolher	724.982,77
Débitos diversos	878.390,49
Passivo não circulante	413.304,92
Geração (Utilização) de caixa proveniente das atividades operacionais	9.511.252,04

24. DIREITO DE USO DE ARRENDAMENTO

A Associação Santa Casa Saúde de São José dos Campos está estruturando a contabilização do CPC 06 para o ano de 2024, sendo que no exercício atual de 2023 os efeitos das operações de aluguéis e arrendamentos não foram significativos.

Camilla Lourenço
Contadora
CRC SP 257.482/O-3

Paulo César Amadeu
Diretor Financeiro

Ivo Molina
Diretor Executivo

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis